

# A AMAZÔNIA COMO ARENA ESTRATÉGICA DA DIPLOMACIA CLIMÁTICA BRASILEIRA: FRAMEWORKS PARA A COP30

DOI: 10.61623/cpe.v11n16.a03



Daiane Carolina Silva<sup>1</sup>

João Paulo Cândia Veiga<sup>2</sup>

## Resumo

Este artigo reposiciona a Amazônia como arena diplomática estratégica do Brasil para a COP30, aplicando *frameworks* de complexidade para aprimorar a diplomacia climática. Utilizando as abordagens de *Cynefin*, Mapeamento Estuarino e *Scaffolding* de David Snowden, analisamos como as atividades econômicas na Amazônia moldam a posição internacional do Brasil. A pesquisa demonstra que a produção de soja, iniciativas de bioeconomia e reformas institucionais podem ser aproveitadas como ativos diplomáticos, não apenas questões domésticas. Ao distinguir entre restrições fixas e tensões negociáveis nas negociações climáticas, o Brasil pode desenvolver estratégias adaptativas que fortaleçam sua credibilidade enquanto avançam interesses nacionais. O artigo propõe três cenários estratégicos para a COP30: Brasil como Mediador Global, Laboratório de Inovação ou Líder Sul-Sul. Concluimos que a diplomacia climática eficaz requer a criação de condições para emergência benéfica em vez de planejamento rígido, posicionando o Brasil para transformar a Amazônia de espaço contestado em plataforma de liderança internacional.

**Palavras-chave:** Mudança Climática; Relações Internacionais; Diplomacia Ambiental; Desenvolvimento Sustentável; Governança.

1 Mestranda em Economia Política Internacional e Finanças Climáticas no Instituto de Relações Internacionais da USP (IRI-USP), com foco em mercados de carbono, estratégias de transição energética e governança climática. Atuou como assistente de pesquisa em instituições como o Santander Brasil e a Escola de Diplomacia Científica e de Inovação (INNSCID-USP), com experiência em análise de risco climático, modelagem de cenários e políticas internacionais de sustentabilidade. Contato: daiane.carolinari@usp.br.

2 João Paulo Cândia Veiga, Professor Titular do Departamento de Ciência Política da USP e Diretor de Pesquisa do Centro de Inteligência Artificial (C4AI-USP). Atua nas áreas de governança ambiental, direitos humanos e regulação de inteligência artificial. Coordena acordos de pesquisa com instituições internacionais, incluindo a SIPA-Columbia University. É pesquisador do CNPq e da Cátedra Jean Monnet em Empresas Multinacionais e Direitos Humanos. Contato: candia@usp.br.

# THE AMAZON AS A STRATEGIC ARENA FOR BRAZIL'S CLIMATE DIPLOMACY: FRAMEWORKS FOR COP30

---

## Abstract

This article reframes the Amazon as Brazil's strategic diplomatic arena for COP30, applying complexity frameworks to enhance climate diplomacy. Using David Snowden's Cynefin, Estuarine Mapping, and Scaffolding approaches, we analyze how economic activities in the Amazon shape Brazil's international position. The research demonstrates that soy production, bioeconomy initiatives, and institutional reforms can be leveraged as diplomatic assets rather than merely domestic concerns. By distinguishing between fixed constraints and negotiable tensions in climate negotiations, Brazil can develop adaptive strategies that strengthen its credibility while advancing national interests. The paper proposes three strategic scenarios for COP30: Brazil as Global Mediator, Innovation Laboratory, or South-South Leader. We conclude that effective climate diplomacy requires creating conditions for beneficial emergence rather than rigid planning, positioning Brazil to transform the Amazon from a contested space into a platform for international leadership.

**Keywords:** Climate Change; International Relations; Environmental Diplomacy; Sustainable Development; Governance.

# LA AMAZONÍA COMO ESCENARIO ESTRATÉGICO DE LA DIPLOMACIA CLIMÁTICA BRASILEÑA: FRAMEWORKS PARA LA COP30

---

## Resumen

Este artículo replantea la Amazonía como arena diplomática estratégica de Brasil para la COP30, aplicando marcos de complejidad para mejorar la diplomacia climática. Utilizando los enfoques Cynefin, Mapeo Estuarino y Scaffolding de David Snowden, analizamos cómo las actividades económicas en la Amazonía configuran la posición internacional de Brasil. La investigación demuestra que la producción de soja, las iniciativas de bioeconomía y las reformas institucionales pueden aprovecharse como activos diplomáticos, no solo como preocupaciones domésticas. Al distinguir entre restricciones fijas y tensiones negociables en las negociaciones climáticas, Brasil puede desarrollar estrategias adaptativas que fortalezcan su credibilidad mientras avanzan los intereses nacionales. El documento propone tres escenarios estratégicos para la COP30: Brasil como Mediador Global, Laboratorio de Innovación o Líder Sur-Sur. Concluimos que la diplomacia climática efectiva requiere crear condiciones para la emergencia beneficiosa en lugar de una planificación rígida, posicionando a Brasil para transformar la Amazonía de un espacio disputado a una plataforma para el liderazgo internacional.

**Palabras clave:** Cambio climático; Relaciones internacionales; Diplomacia ambiental; Desarrollo sostenible; Gobernanza.

## 1. Introdução: reposicionando a Amazônia na governança climática global

A floresta amazônica tem sido tradicionalmente enquadrada como um espaço disputado entre desenvolvimento econômico e conservação ambiental, com análises frequentemente focadas em impactos locais e políticas nacionais. Este artigo propõe uma reformulação fundamental: a Amazônia como principal arena diplomática do Brasil na governança climática global – um ativo estratégico para exercer *soft power*, construir credibilidade verde e moldar normas ambientais internacionais antes da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2025 (COP30) em Belém.

Esta análise atende a três objetivos estratégicos que abordam a interseção entre a governança da Amazônia e as ambições de política externa do Brasil:

- Fortalecer a influência diplomática do Brasil na COP30, identificando e reformulando atividades econômicas baseadas na Amazônia em ativos climáticos internacionalmente credíveis.
- Aprimorar o poder de negociação do Brasil, apresentando modelos de bioeconomia escaláveis e inovadores que se alinhem com estruturas globais de sustentabilidade.
- Fornecer recomendações para reforma institucional (por exemplo, OTCA) que permitam ao Brasil atuar como líder regional na governança climática.

O momento desta análise é crítico: com a proximidade da COP30, o Brasil enfrenta tanto um escrutínio sem precedentes quanto uma oportunidade histórica de se reposicionar como líder climático. Simultaneamente, a implementação do Mecanismo de Ajuste de Carbono na Fronteira (CBAM) da UE ameaça impactar até US\$ 3,1 bilhões em exportações brasileiras até 2026 (Comissão Europeia, 2022; Confederação Nacional da Indústria, 2023). Essas pressões convergentes exigem uma estratégia diplomática coerente que concilie interesses econômicos com compromissos climáticos.

A abordagem do Brasil para a Amazônia historicamente oscilou entre afirmações de controle soberano e reconhecimento de sua importância ambiental global. Essa tensão ficou evidente nas políticas contrastantes entre 2019-2022, quando o desmatamento aumentou 59,5% (INPE, 2023). Nosso artigo defende a emergência para capturar a oportunidade estratégica: alavancar a Amazônia como um ativo diplomático que amplia a influência internacional do Brasil e captura níveis sem precedentes de financiamento.

Como observa o Embaixador André Corrêa do Lago, “sediar a COP30 na Amazônia representa mais do que geografia simbólica – é uma oportunidade para demonstrar a capacidade única do Brasil de superar divisões Norte-Sul nas negociações climáticas” (Lago, 2024). Essa função de ponte é particularmente relevante à medida que a governança climática global enfrenta crescente fragmentação entre economias desenvolvidas que pressionam por descarbonização rápida e nações em desenvolvimento que enfatizam a urgência necessária de responsabilidades diferenciadas e financiamento de transição.

O proposto Protocolo de Prevenção do Ponto de Não Retorno, atualmente em discussão nas reuniões preparatórias para a COP30, exemplifica como o Brasil pode traduzir a gestão da Amazônia em liderança diplomática. Ao sediar a conferência em Belém, o Brasil deve se posicionar como arquiteto de novos marcos de governança e acelerador e criador de mecanismos de financiamento.

---

## 2. Estrutura analítica: aplicando o *Cynefin* à diplomacia amazônica

Para navegar na complexa interação entre políticas amazônicas domésticas e diplomacia climática internacional, este artigo emprega o *Cynefin framework* desenvolvido pelo professor David Snowden. O *Cynefin* oferece uma topologia de tomada de decisão que distingue entre domínios simples, complicados, complexos e caóticos – cada um exigindo abordagens diferentes para criação de sentido e ação (Snowden e Boone, 2007; Snowden, 2021).

O *Cynefin framework* é particularmente valioso para a diplomacia climática porque ajuda os formuladores de políticas a identificar quais desafios requerem práticas estabelecidas, análise especializada, padrões emergentes ou intervenções inovadoras. Como Snowden explica, “*Cynefin* trata de como damos sentido ao mundo para que possamos agir nele” (Snowden, 2021), o que se alinha perfeitamente com a necessidade de diplomatas brasileiros compreenderem os desafios multifacetados da Amazônia para agir efetivamente, tanto para evitar erros anteriores de outras COPs quanto para obter/alavancar/criar níveis sem precedentes de financiamento e parcerias na COP30.

2.1. Painel Executivo: Mapeando os Desafios Amazônicos nos Domínios Cynefin

Tabela 1. Painel executivo: mapeamento Cynefin dos desafios diplomáticos amazônicos

Domínio	Características	Exemplos Amazônicos	Abordagem Diplomática
Simple	Relações causa-efeito claras; melhores práticas se aplicam	Monitoramento do desmatamento via satélite	Mostrar sistemas estabelecidos; convidar verificação
Complicado	Relações causa-efeito requerem análise; boas práticas se aplicam	Sistemas de certificação para cadeias de <i>commodities</i>	Envolver especialistas; desenvolver posições baseadas em evidências
Complexo	Causa-efeito só visível em retrospecto; práticas emergentes	Desenvolvimento da bioeconomia; integração do conhecimento indígena	Sondar-sentir-responder; criar experimentos seguros para falhar
Caótico	Sem relações causa-efeito claras; práticas inovadoras necessárias	Crises internacionais súbitas (ex: imagens virais de desmatamento)	Agir decisivamente para estabilizar; estabelecer controle narrativo
Desordem	Não está claro qual domínio se aplica	Questões transfronteiriças com múltiplos <i>stakeholders</i>	Reunir mais informações; mover a questão para o domínio apropriado

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em Snowden (2021).

Este painel revela que muitas das questões diplomáticas mais desafiadoras do Brasil relacionadas à Amazônia se enquadram no domínio Complexo, onde os resultados não podem ser previstos com precisão e abordagens emergentes são necessárias. Por exemplo, desenvolver modelos de bioeconomia internacionalmente credíveis requer experimentação iterativa em vez de planejamento rígido. Por outro lado, aspectos técnicos como sistemas de monitoramento de desmatamento operam no domínio Simple, onde práticas estabelecidas podem ser mostradas para construir credibilidade.

Entender a qual domínio um desafio pertence evita a aplicação incorreta de abordagens – como tratar o desenvolvimento complexo da bioeconomia como se fosse meramente complicado, ou responder a crises diplomáticas caóticas com análise especializada demorada em vez de ação decisiva.

### 3. Metodologia e critérios para avaliação diplomática

Esta análise emprega uma abordagem de métodos mistos adaptada para avaliar as implicações diplomáticas das atividades econômicas na Amazônia. Em vez de focar apenas nos impactos de sustentabilidade local, nossa metodologia examina como essas atividades moldam a posição do Brasil nas negociações climáticas internacionais durante a COP30 e como afetam seus recursos de *soft power*.

A pesquisa se baseia em três fontes primárias de dados:

1. Documentos de política e declarações oficiais de missões diplomáticas brasileiras, do Ministério das Relações Exteriores e fóruns climáticos multilaterais (2019-2025).
2. Dados comerciais de relatórios e estruturas regulatórias relacionadas a padrões ambientais em mercados de exportação-chave, particularmente o cronograma de implementação do CBAM da União Europeia.
3. Estudos de caso de iniciativas de bioeconomia com potencial para apresentação internacional na COP30, selecionados com base em sua escalabilidade e alinhamento com padrões globais de sustentabilidade, apesar de suas limitações.
4. Esses dados são analisados através de uma lente diplomática, focando em como as atividades econômicas na Amazônia criam oportunidades ou restrições para a diplomacia climática do Brasil. Isso representa um afastamento das avaliações tradicionais de sustentabilidade que priorizam impactos ambientais locais, vislumbrando o cumprimento das metas climáticas globais do Brasil.

#### 3.1. Mapeamento Estuarino: identificando restrições e oportunidades diplomáticas

Para estruturar nossa análise da posição diplomática do Brasil, empregamos o *framework* de Mapeamento Estuarino de Snowden (Snowden, 2022). Esta abordagem ajuda a identificar quais restrições são fixas (não negociáveis) *versus* quais tensões são negociáveis nas discussões climáticas internacionais durante a COP30.

O Mapeamento Estuarino é particularmente adequado para análise diplomática porque reconhece que algumas fronteiras são firmes (como pontos de inflexão físicos no ecossistema amazônico ou compromissos internacionais legalmente vinculativos), enquanto outras são fluidas e sujeitas a negociação (como cronogramas de implementação ou especificações técnicas para conformidade).

**Tabela 2. Matriz preliminar de risco diplomático baseada no Mapeamento Estuarino**

Tipo de Restrição	Exemplos no Contexto Amazônico	Implicações Diplomáticas
Restrições Fixas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pontos de inflexão científicos (limiar de desmatamento de 17-20%)</li> <li>- Compromissos internacionais ratificados (NDCs do Acordo de Paris)</li> <li>- Proteções constitucionais para territórios indígenas</li> </ul>	Fronteiras não negociáveis que devem informar a posição do Brasil; onde violações minam a credibilidade
Tensões Negociáveis	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cronogramas de implementação para compromissos de desmatamento zero</li> <li>- Padrões técnicos para certificação de <i>commodities</i></li> <li>- Mecanismos de financiamento para conservação florestal</li> </ul>	Áreas onde o Brasil pode exercer criatividade diplomática e construir coalizões para parcerias sem precedentes e níveis de financiamento climático.
Restrições Habilitadoras	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estrutura do Tratado de Cooperação Amazônica</li> <li>- Posição do Brasil como maior país amazônico</li> <li>- <i>Status</i> de país anfitrião da COP30</li> </ul>	Vantagens estruturais que o Brasil pode alavancar para liderança.

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em Snowden (2021).

Esta matriz revela que a estratégia diplomática do Brasil deve trabalhar dentro de certas restrições fixas enquanto ativamente molda tensões negociáveis a seu favor. Por exemplo, enquanto o consenso científico sobre pontos de inflexão amazônicos representa uma restrição fixa, o Brasil pode negociar como a responsabilidade pela prevenção desses pontos de inflexão é distribuída entre atores globais através de mecanismos de financiamento e transferência de tecnologia, usando a Cláusula de Responsabilidades Comuns Mas Diferenciadas para chamar as nações desenvolvidas, principalmente EUA, Reino Unido e países ocidentais da UE, a pagar por suas responsabilidades históricas de emissões de carbono.

### 3.2. Critérios de avaliação: da sustentabilidade ao capital diplomático

Nossa análise avalia as atividades econômicas amazônicas de acordo com três critérios diplomáticos:

1. Impacto na Credibilidade: Como a atividade afeta o compromisso percebido do Brasil com as metas climáticas e, portanto, sua credibilidade nas negociações internacionais na COP30?
2. Potencial de Alavancagem: Como a atividade pode ser aproveitada para avançar a posição do Brasil em pontos-chave de negociação (por exemplo, financiamento climático, transferência de tecnologia)?
3. Valor de Construção de Coalizão: Como a atividade pode ajudar o Brasil a construir e projetar alianças com outras nações ou blocos nos fóruns climáticos da COP30, de forma a maximizar as chances de aceitação e vinculação das propostas de reformas da OTCA, como a criação do Conselho de Segurança Climática da Amazônia.

Esses critérios deslocam o foco das considerações de sustentabilidade puramente domésticas para o capital diplomático internacional que pode ser gerado através da gestão estratégica e alavancagem das atividades econômicas amazônicas (Hochstetler & Viola, 2022). Nas seções seguintes, aplicamos esta estrutura analítica para examinar como setores econômicos-chave na Amazônia – particularmente a produção de soja e iniciativas de bioeconomia – moldam a posição diplomática do Brasil antes da COP30, e como esses insights podem informar cenários estratégicos para a diplomacia climática brasileira.

---

#### **4. Atividades econômicas na Amazônia: da extração local à diplomacia global**

As atividades econômicas na Amazônia brasileira têm sido tradicionalmente analisadas através da lente dos impactos de sustentabilidade local ou prioridades de desenvolvimento nacional. No entanto, esta seção reformula essas atividades como componentes críticos do posicionamento diplomático do Brasil na governança climática global. O perfil econômico da região apresenta tanto restrições quanto oportunidades para a postura negociadora do Brasil na COP30 e além.

A Amazônia brasileira opera atualmente com um déficit comercial significativo, importando mais do que exporta e criando um déficit de aproximadamente R\$ 114 bilhões (US\$ 23,4 bilhões) com o resto do Brasil e mercados internacionais (World Resources Institute, 2023). Esta realidade econômica contradiz a percepção comum da Amazônia como primariamente uma fronteira de recursos orientada para exportação. Em vez disso, revela uma economia ainda lutando para gerar valor proporcional ao seu capital natural.

Este desequilíbrio comercial tem profundas implicações para o posicionamento diplomático do Brasil. Por um lado, enfraquece argumentos de que restrições ambientais prejudicariam significativamente as receitas de exportação. Por outro, destaca o potencial inexplorado para cadeias de valor sustentáveis que poderiam ser apresentadas na COP30 como modelos de desenvolvimento verde.

A integração econômica da região com mercados globais tem sido significativamente moldada pela crescente influência da China. Como Snowden (2021) observa em seu *Cynefin framework*, tais relacionamentos internacionais complexos requerem abordagens adaptativas em vez de planejamento rígido. O Painel Científico para a Amazônia (2022) documenta como a China se tornou o principal destino de exportação do Brasil, com *commodities* originárias da Amazônia – particularmente soja e minério de ferro – dominando essa relação comercial. O financiamento chinês também apoiou grandes projetos de infraestrutura na Amazônia, incluindo a Segunda Linha de Transmissão Belo Monte-Rio de Janeiro, com empréstimos chineses acumulados alcançando US\$ 28,9 bilhões no Brasil até 2020 (Painel Científico para a Amazônia, 2022).

Esta relação econômica com a China cria um triângulo diplomático complexo entre Brasil, China e nações ocidentais nas negociações climáticas. O Brasil deve equilibrar a demanda chinesa por *commodities* com a pressão ocidental, principalmente europeia, por padrões ambientais, um exemplo clássico do que o Mapeamento Estuarino de Snowden (2022) identifica como tensões negociáveis na arena das relações internacionais.

#### 4.1. Matriz de risco diplomático: atividades econômicas e credibilidade climática

Tabela 3. Matriz de risco diplomático: atividades econômicas

Atividade Econômica	Risco Diplomático	Oportunidade	Opções de Abordagem Estratégica
Produção de Soja	CBAM da UE e regulamentos de cadeia de suprimentos livre de desmatamento ameaçando acesso ao mercado. Também pode impactar negativamente a reputação do Brasil de compromisso sério com normas climáticas.	Moratória da Soja na Amazônia como modelo para governança de <i>commodities</i> .	Aproveitar terras agrícolas existentes (aumento potencial de 600% sem novo desmatamento) (FAIRR Initiative, 2023).

Mineração	Associação com operações ilegais e violações de direitos indígenas.	Pesquisar e explorar minerais críticos para a transição energética.	Governança transparente e sistemas de certificação
Madeira	Extração ilegal de madeira compromete compromissos climáticos.	Silvicultura sustentável como gestão de carbono. Integração com o mercado de carbono recentemente regulamentado.	Modelos de concessão florestal com verificação internacional e padrões internacionais como ISSB.
Infraestrutura	Projetos financiados pela China percebidos como ambientalmente prejudiciais.	Vitrines de infraestrutura verde.	Realinhar com caminhos de desenvolvimento de baixo carbono.

Fonte: Elaborado pelos autores, com base no Painel Científico para a Amazônia (2022) e FAIRR Initiative (2023).

Esta matriz revela que a credibilidade diplomática do Brasil enfrenta riscos significativos de certas atividades econômicas, particularmente aquelas associadas ao desmatamento ou violações de direitos. No entanto, cada atividade também apresenta oportunidades para o Brasil demonstrar liderança na produção sustentável de *commodities*, potencialmente fortalecendo sua posição negociadora na COP30. A relação entre Brasil e União Europeia exemplifica essas dinâmicas, sendo “fortemente marcada pela agenda comercial-ambiental, tendo a Floresta Amazônica em seu centro” (Periódicos UFC, 2023). Esta relação tornou-se cada vez mais complexa com a implementação do Regulamento de Desmatamento da UE (EUDR), que apresenta “desafios substanciais para a estrutura logística no país” à medida que os exportadores devem “introduzir protocolos de rastreabilidade e segregação *upstream* e *downstream* para garantir que nenhum produto ligado ao desmatamento esteja vazando nos corredores que conectam o Brasil à Europa” (ProTerra Foundation, 2023).

## 5. Da produção doméstica ao escrutínio internacional: a produção de soja como estudo de caso em diplomacia ambiental

A expansão do cultivo de soja na Amazônia começou seriamente durante o período de modernização econômica do Brasil (1960-1980), transformando a região em “uma intensa fronteira de economias extrativistas” (Becker, 2007). Esta expansão da fronteira agrícola foi apoiada por políticas governamentais

e desenvolvimento de infraestrutura, criando o que Becker (2007) denominou “fronteira de mercantilização da natureza”.

A produção de soja na Amazônia representa um estudo de caso crítico de como a produção de *commodities* molda a posição diplomática do Brasil nas negociações climáticas. Como principal produto de exportação do Brasil, a soja cria significativa alavancagem econômica, mas também expõe o país à pressão internacional quanto a padrões ambientais.

Hoje, esse padrão histórico de desenvolvimento enfrenta escrutínio internacional sem precedentes. O Mecanismo de Ajuste de Carbono na Fronteira (CBAM) da UE e o Regulamento de Desmatamento representam as manifestações mais concretas desse escrutínio, afetando potencialmente o acesso do Brasil a mercados de exportação-chave. Como observado pela Fundação ProTerra (2023), a implementação dos requisitos do EUDR apresenta “desafios substanciais” para a cadeia de suprimentos de soja do Brasil, exigindo novos protocolos de rastreabilidade e segregação. Esta pressão regulatória internacional exemplifica o que o framework de Mapeamento Estuarino de Snowden identifica como uma “restrição fixa” – uma condição limítrofe não negociável que a diplomacia brasileira deve reconhecer em vez de resistir. Reconhecer tais restrições fixas permite um engajamento mais produtivo com “tensões negociáveis” onde o Brasil pode ter maior influência.

A Moratória da Soja na Amazônia (MSA), estabelecida em 2006, representa o exemplo mais bem-sucedido do Brasil de governança de *commodities* que alinha interesses econômicos com proteção ambiental, apesar de suas limitações e problemas. A moratória garante que a produção de soja na região amazônica ocorra apenas em terras agrícolas existentes, prevenindo novo desmatamento para cultivo de soja (FAIRR Initiative, 2023).

De uma perspectiva diplomática, a MSA oferece ao Brasil uma potencial contranarrativa às críticas de sua governança ambiental. Investidores internacionais declararam explicitamente: “Queremos poder continuar a obter ou investir na indústria brasileira de soja, mas se a MSA não for mantida, isso colocará em risco nossos negócios com a soja brasileira” (FAIRR Initiative, 2023). Esta pressão baseada no mercado cria alavancagem diplomática que o Brasil pode utilizar nas negociações climáticas. Além disso, a MSA demonstra que a proteção ambiental não precisa restringir o crescimento econômico. As terras agrícolas atuais na Amazônia têm capacidade para aumentar a produção de soja em 600% adicionais em comparação com os números atuais (FAIRR Initiative, 2023). Este fato permite aos negociadores brasileiros argumentarem que o país pode simultaneamente atender à demanda global por *commodities* enquanto honra compromissos climáticos – uma posição poderosa na COP30.

## 5.1. Estratégias diplomáticas para governança da soja

Tabela 4. Matriz de risco diplomático: setor da soja

Risco Diplomático	Restrições Fixas	Tensões Negociáveis	Opções de Oportunidade Estratégica
Restrições de Acesso ao Mercado	Cronograma de implementação do Regulamento de Desmatamento da UE	Definições técnicas de “livre de desmatamento”	Propor sistema de certificação liderado pelo Brasil como padrão global ou usar um padrão já conhecido como ISSB adaptado à realidade brasileira.
Danos à Reputação	Monitoramento internacional do desmatamento	Atribuição de responsabilidade nas cadeias de suprimentos. E consideração de limitações de infraestrutura e financiamento.	Apresentar a MSA como modelo para outras <i>commodities</i> e regiões.
Disputas Comerciais	Regras da OMC sobre medidas ambientais	Métodos de implementação e tipos de sistemas de verificação.	Liderar a coalizão Sul-Sul sobre padrões ambientais equitativos e a urgência de financiamento dos países desenvolvidos do Norte.
Fuga de Investimentos	Requisitos ESG de investidores.	Métricas e padrões de relatórios.	Desenvolver títulos verdes soberanos vinculados à sustentabilidade da soja

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em Snowden (2022).

Esta matriz, baseada na abordagem de Mapeamento Estuarino de Snowden, distingue entre restrições fixas às quais o Brasil deve se adaptar e tensões negociáveis onde a criatividade diplomática pode ser aplicada. Por exemplo, enquanto a decisão da UE de implementar requisitos livres de desmatamento representa uma restrição fixa, as definições técnicas e métodos de verificação permanecem negociáveis.

A estratégia diplomática do Brasil para o setor da soja deve alavancar a MSA como evidência da capacidade do país de equilibrar a produção de *commodities* com a proteção florestal e regras ambientais, apesar das limitações e reformas

periodicamente necessárias na MSA. Na COP30, o Brasil poderia propor a expansão deste modelo para outras *commodities* e regiões, posicionando-se como líder em governança sustentável de *commodities* em vez de alvo de pressão externa.

A demanda inconsistente da Europa por soja não OGM, que “forçou alguns agricultores a vender suas colheitas no mercado regular, fora das vendas sob o prêmio não OGM” (ProTerra Foundation, 2023). Isso ilustra a dinâmica complexa de mercado que a diplomacia brasileira deve navegar. Ao reconhecer essas complexidades enquanto demonstra soluções concretas como a MSA, o Brasil pode fortalecer sua credibilidade nas negociações climáticas, reconhecendo, entre outras coisas, as características do domínio complexo com o qual a negociação acontecerá: não linearidade dos efeitos das políticas e reformas a serem implementadas, padrões de emergência, loops de *feedback* e consequências não intencionais. Na próxima seção, examinamos como iniciativas de bioeconomia podem complementar a produção tradicional de *commodities* para fortalecer ainda mais a posição diplomática do Brasil na COP30.

---

## 6. Bioeconomia como capital diplomático: do valor local à influência global

A bioeconomia amazônica representa uma oportunidade crítica para o Brasil transformar seu posicionamento diplomático na COP30. Diferentemente das atividades extrativistas tradicionais, iniciativas de bioeconomia podem simultaneamente abordar compromissos climáticos, inclusão social e desenvolvimento econômico – criando o que Snowden (2021) denomina “padrões emergentes” que não podem ser previstos a partir de componentes individuais, mas surgem de suas interações.

A bioeconomia apresenta um exemplo clássico do que David Snowden (2022) identifica como um domínio complexo no Framework Cynefin – onde relações de causa-efeito só são visíveis em retrospecto. Como ele explica: “Em sistemas complexos, você não pode prever as propriedades quando partes começam a interagir com outras partes... o erro reducionista é assumir que você pode prever as propriedades a partir das propriedades das partes individuais” (Snowden, 2022). Este entendimento muda fundamentalmente como o Brasil deve abordar o desenvolvimento da bioeconomia como um ativo diplomático.

Abordagens tradicionais à bioeconomia têm focado em projetos isolados ou cadeias de valor lineares. No entanto, aplicando a lente de complexidade de

Snowden, revela-se que o sucesso da bioeconomia emerge da interação entre múltiplos “actantes” – tanto elementos humanos quanto não humanos com agência no sistema. Estes incluem comunidades tradicionais, instituições científicas, mecanismos de mercado e os próprios recursos biológicos. O Painel Científico para a Amazônia (2023) estima o valor potencial da bioeconomia sustentável na região em US\$ 284 bilhões anualmente até 2050 – mas este potencial só pode ser realizado através do que Snowden chama de “interações locais ricas” entre esses actantes. A oportunidade diplomática do Brasil reside em mostrar não apenas projetos individuais de bioeconomia, mas os sistemas de governança emergentes que permitem a criação de valor sustentável em escala. Isso representa uma mudança de promover produtos específicos para demonstrar soluções sistêmicas – uma posição poderosa nas negociações climáticas.

**Tabela 5. Painel executivo: finanças e investimento em bioeconomia**

Domínio (Cynefin)	Desafio da Bioeconomia	Oportunidade Diplomática	Scaffolding Necessário
Complexo	Mecanismos de compartilhamento de benefícios para conhecimento tradicional e as pessoas que extraem o açaí, cacau e assim por diante.	Posicionar o Brasil como arquiteto de novos padrões globais	Criar experimentos “seguros para falhar” em diferentes biomas no Brasil.
Complicado	Infraestrutura científica para inovação baseada em bio.	Mostrar redes de pesquisa lideradas pelo Brasil	Análise orientada por especialistas e capacitação.
Complexo	Acesso ao mercado para produtos sustentáveis.	Propor sistemas de certificação na COP30	Redes de monitoramento distribuídas para detectar padrões emergentes.
Caótico	Biopirataria e disputas de propriedade intelectual.	Ação decisiva para estabelecer soberania	Novos frameworks de governança para recursos genéticos.

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em Snowden (2021, 2022).

Este painel, estruturado conforme os domínios *Cynefin* de Snowden, revela que a maioria dos desafios da bioeconomia se enquadra no domínio complexo – requerendo o que Snowden chama de abordagem “sondar-sentir-responder” em vez de soluções predeterminadas para problemas que nem sequer são totalmente conhecidos pela maioria dos tomadores de decisão e

formuladores de políticas. Como ele observa, “Em um sistema complexo, você quer simulação ou estimulação antes de aplicar um modelo” (Snowden, 2022). Este *insight* sugere que a estratégia diplomática do Brasil deve enfatizar a criação de condições para a emergência da bioeconomia em vez de prescrever caminhos específicos. Assim, abaixo consideramos três iniciativas de bioeconomia que demonstram a capacidade do Brasil de gerenciar complexidade através do que Snowden denomina “criação de sentido distribuída” – engajando diversas perspectivas para detectar padrões que nenhum ator isolado poderia identificar:

**Transformação da Cadeia de Valor do Açaí:** A evolução do açaí de alimento básico local para superalimento global ilustra o conceito de “proximidade” de Snowden em sistemas complexos. Ao manter conexões próximas entre produtores, processadores e mercados, a indústria do açaí desenvolveu sistemas de governança que equilibram sucesso comercial com sustentabilidade ecológica. O sistema de Pagamento por Serviços Ambientais do Estado do Amapá canalizou US\$ 12 milhões para comunidades extrativistas, criando o que Snowden identificaria como um “gradiente de energia” que torna a colheita sustentável economicamente mais viável que a conversão florestal (ProTerra Foundation, 2023).

**Rede de Inovação em Biocosméticos:** A Rede de Inovação em Cosméticos da Amazônia exemplifica o princípio de Snowden de que “nenhum dos actantes deve ter conhecimento do todo” para que a emergência ocorra. Em vez de centralizar a tomada de decisão, a rede distribui agências entre instituições científicas, cooperativas comunitárias, atores de mercado e comunidades indígenas. Esta abordagem distribuída resultou em 27 novos compostos bioativos entrando em desenvolvimento comercial desde 2020, com mecanismos de compartilhamento de benefícios garantindo retornos aos detentores de conhecimento tradicional (Painel Científico para a Amazônia, 2022).

**Manejo Sustentável de Madeira:** O manejo comunitário de madeira na Floresta Nacional do Tapajós demonstra o conceito de *scaffolding* de Snowden – criando estabilidade em um sistema enquanto permite adaptação. O modelo de concessão florestal fornece limites claros (*scaffolding*) enquanto permite que as comunidades desenvolvam práticas de colheita específicas ao contexto. Este equilíbrio reduziu a extração ilegal de madeira em 71% nas áreas participantes enquanto aumentou a renda comunitária em 43% (FAIRR Initiative, 2023).

Estes casos representam o que Snowden chama de “experimentos seguros para falhar” – iniciativas projetadas para testar abordagens em domínios complexos onde os resultados não podem ser previstos. Ao mostrar estes na COP30, o Brasil pode se posicionar não como tendo todas as respostas, mas

como tendo desenvolvido processos eficazes para navegar na complexidade – uma postura mais credível nas negociações climáticas.

A eficácia da diplomacia climática do Brasil depende de arranjos institucionais que possam navegar no que Snowden chama de “múltiplas microalucinações” – as diversas perspectivas e interpretações que moldam a governança climática internacional. Em vez de buscar consenso através de canais diplomáticos tradicionais, o Brasil tem a oportunidade de projetar *scaffolding* institucional que permita formas emergentes de cooperação.

---

### 7. *Framework de scaffolding para design* institucional

O *framework de Scaffolding* de Snowden oferece uma abordagem poderosa para o *design* institucional para diplomacia climática. Como ele explica: “*Scaffolding* cria certeza dentro de normas... um endoesqueleto dá mais crescimento, um exoesqueleto dá menos crescimento” (Snowden, 2022). Esta distinção é crítica para a estratégia institucional do Brasil na COP30.

Instituições internacionais tradicionais frequentemente funcionam como exoesqueletos – estruturas rígidas que fornecem proteção, mas limitam adaptação. Em contraste, o Brasil pode propor arranjos endoesqueléticos que forneçam estabilidade enquanto permitem evolução. Esta abordagem se alinha com o que Snowden identifica como padrões naturais de tomada de decisão: “Evoluímos para chegar a um acordo em grupos de sete ou menos, mas não comprometer em grupos maiores” (Snowden, 2022). A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) representa uma oportunidade primordial para aplicar este *framework*. Atualmente funcionando como um exoesqueleto – com estruturas formais, mas capacidade adaptativa limitada – a OTCA poderia ser reformada como uma instituição endoesquelética que fornece *scaffolding* enquanto permite tomada de decisão distribuída entre *stakeholders* amazônicos.

**Tabela 6. Kit de ferramentas de negociação: aplicando mapeamento estuarino ao *design* institucional**

Elemento Institucional	Custo Energético de Mudança	Tempo para Mudança	Abordagem Estratégica
Estrutura de Governança da OTCA	Alto	Médio	Criar “área lial” onde o Brasil não pode mudar sozinho, mas pode influenciar através de coalizão
Mecanismos de Financiamento Climático	Médio	Alto	Focar em mudar gradientes de energia para tornar opções sustentáveis mais viáveis
Sistemas de Monitoramento	Baixo	Baixo	Investimento imediato em redes de sensoriamento local distribuídas
Representação Indígena	Médio	Médio	Estabelecer <i>scaffolding</i> que garanta participação sem prescrever formas

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em Snowden (2022, 2023).

Este *kit* de ferramentas aplica a abordagem de Mapeamento Estuarino de Snowden, que avalia restrições com base em seu custo energético de mudança e tempo para mudança. Como Snowden explica: “O lado superior direito daquela grade é efetivamente um tipo de *scaffolding*, um conjunto de actantes que realisticamente não podem mudar porque é muita energia ou muito tempo” (Snowden, 2022).

Para os negociadores do Brasil, este mapeamento revela quais elementos institucionais podem ser mudados diretamente e quais requerem abordagens indiretas. Por exemplo, enquanto a estrutura de governança da OTCA tem um alto custo energético de mudança, o Brasil pode criar o que Snowden chama de “área lial” – coisas que uma pessoa não pode mudar, mas outras podem – construindo coalizões com outros países amazônicos.

### 7.1. Movendo para o framework AIMS para governança amazônica

O *framework* AIMS de Snowden (Actantes, Interações, Monitores, *Scaffolding*) fornece uma abordagem abrangente para *design* institucional para governança amazônica:

Actantes: A arquitetura institucional do Brasil deve reconhecer diversos actantes além dos *stakeholders* tradicionais. Como Snowden observa, “Não são apenas humanos que têm agência no sistema” (Snowden, 2022). Isso

inclui reconhecer a agência de sistemas naturais, conhecimento indígena e até gerações futuras em arranjos de governança.

**Interações:** Em vez de focar em estruturas formais, o Brasil pode projetar instituições que facilitem “interações locais ricas” entre actantes. O proposto Conselho de Segurança Climática da Amazônia criaria plataformas para essas interações sem prescrever resultados.

**Monitores:** Governança eficaz requer o que Snowden chama de “sistemas de sensoriamento distribuídos” – redes para detectar padrões que nenhuma autoridade central poderia identificar. A proposta do Brasil para um Sistema Integrado de Monitoramento por Satélite e Comunitário exemplifica esta abordagem, combinando monitoramento tecnológico com conhecimento tradicional.

*Scaffolding:* *Scaffolding* institucional cria estabilidade enquanto permite adaptação. O proposto Fundo Multilateral da Amazônia forneceria *scaffolding* financeiro que permite experimentação sem prescrições rígidas.

Ao aplicar o *framework* AIMS, o Brasil pode projetar instituições que gerenciam complexidade em vez de tentar eliminá-la – uma abordagem mais realista para governança amazônica que aumenta a credibilidade diplomática.

---

## 8. Cenários estratégicos para a COP30: navegando na complexidade

Como anfitrião da COP30, o Brasil enfrenta uma paisagem diplomática complexa caracterizada pelo que Snowden chama de “múltiplas microalucinações” – perspectivas e interpretações diversas que não podem ser reconciliadas através de construção de consenso tradicional. Em vez de perseguir uma única estratégia ótima, o Brasil pode desenvolver o que Snowden denomina “experimentos seguros para falhar” – múltiplas abordagens que testam diferentes caminhos enquanto gerenciam risco.

O planejamento de cenário tradicional pressupõe que estados futuros podem ser previstos com base em tendências atuais. No entanto, Snowden argumenta que “na teoria evolutiva, o que tem o menor gradiente de energia vai ganhar” (Snowden, 2022). Este *insight* sugere que o Brasil deve focar em identificar e influenciar gradientes de energia – os caminhos de menor resistência na política climática internacional – em vez de tentar prever resultados específicos.

A aplicação do Mapeamento Estuarino à estratégia da COP30 revela três caminhos potenciais, cada um com diferentes gradientes de energia:

**Brasil como Mediador Global:** Este caminho tem um gradiente de energia moderado, construindo sobre o papel histórico do Brasil de ponte entre divisões Norte-Sul. Requer investimento em capacidade diplomática, mas alavanca capital institucional existente.

**Brasil como Laboratório de Inovação:** Este caminho tem um custo energético inicial mais alto, mas potencialmente retornos mais íngremes, posicionando o Brasil como campo de teste para soluções climáticas inovadoras. Requer investimento significativo em capacidade científica e tecnológica.

**Brasil como Líder Sul-Sul:** Este caminho tem o menor gradiente de energia imediato, construindo sobre relacionamentos existentes com nações em desenvolvimento. No entanto, pode limitar a influência do Brasil com países desenvolvidos que controlam financiamento climático significativo.

Em vez de escolher um único caminho, o Brasil pode adotar o que Snowden chama de “portfólio de experimentos seguros para falhar” – testando elementos de cada abordagem enquanto monitora padrões emergentes de sucesso.

**Tabela 7. Painel de cenários estratégicos: aplicando Cynefin à COP30**

Cenário	Domínio Cynefin	Abordagem	Ferramentas Diplomáticas Chave
Mediador Global	Complicado	Sentir-Analisar-Responder	Diplomacia climática orientada por especialistas; posições baseadas em evidências
Laboratório de Inovação	Complexo	Sondar-Sentir-Responder	Experimentos distribuídos; detecção de padrões; amplificação de sucesso
Líder Sul-Sul	Simple → Complexo	Agir-Sentir-Responder	Alianças estabelecidas; construção de coalizão; mecanismos de solidariedade

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em Snowden (2021, 2023).

Este painel aplica o *Cynefin Framework* de Snowden a cenários estratégicos, reconhecendo que diferentes contextos diplomáticos requerem abordagens diferentes. Como Snowden explica: “Entender a qual domínio um desafio pertence previne a aplicação incorreta de abordagens” (Snowden, 2021).

O cenário de Mediador Global opera primariamente no domínio complicado, onde relações causa-efeito existem, mas requerem análise especializada. Esta abordagem alavanca a expertise diplomática do Brasil, mas pode lutar com desafios verdadeiramente novos.

O cenário de Laboratório de Inovação abraça o domínio complexo, onde padrões só podem ser detectados em retrospecto. Esta abordagem reconhece incerteza e foca em criar condições para emergência benéfica em vez de resultados predeterminados. O cenário de Líder Sul-Sul começa no domínio simples de relacionamentos estabelecidos, mas deve navegar no domínio complexo de interesses diversos entre nações em desenvolvimento. Isso requer o que Snowden chama de abordagem “agir-sentir-responder” – tomando ação baseada em padrões estabelecidos enquanto permanece atento a dinâmicas emergentes.

Movendo do Planejamento Estratégico para Navegação Estratégica: a abordagem do Brasil para a COP30 deve ir além do planejamento estratégico tradicional para o que Snowden chama de “gerenciar o potencial evolutivo do presente” (Snowden, 2022). Isso significa criar condições para emergência benéfica em vez de tentar controlar resultados.

Três princípios podem guiar esta abordagem:

**Tomada de Decisão Distribuída:** Em vez de centralizar autoridade, o Brasil pode criar o que Snowden chama de “pequenos grupos de papéis” com autoridade de tomada de decisão. A estrutura proposta para a COP30 inclui grupos de trabalho temáticos com autonomia para desenvolver posições dentro de parâmetros mais amplos.

**Experimentos Seguros para Falhar:** O Brasil pode projetar iniciativas diplomáticas como experimentos em vez de compromissos, criando espaço para aprendizado e adaptação. O proposto Protocolo de Prevenção do Ponto de Não Retorno inclui mecanismos para refinamento iterativo baseado na experiência de implementação.

**Redes de Sensores Humanos:** O Brasil pode estabelecer diversos sistemas de monitoramento local para detectar padrões na política climática internacional. A proposta Rede de Inteligência Diplomática engaja embaixadas brasileiras, organizações da sociedade civil e instituições acadêmicas na detecção de padrões em tempo real.

Ao abraçar a complexidade em vez de tentar eliminá-la, o Brasil pode desenvolver uma abordagem mais adaptativa e eficaz para diplomacia na COP30.

---

## **g. Conclusão: alinhando estratégia doméstica com liderança global**

A abordagem do Brasil para a Amazônia representa um teste crítico de sua capacidade de alinhar políticas domésticas com liderança climática

internacional. Ao aplicar *frameworks* de complexidade a este desafio, o Brasil pode desenvolver estratégias mais eficazes tanto para governança doméstica quanto para diplomacia internacional. A Amazônia não é nem um desafio puramente de gestão local nem simplesmente uma preocupação ambiental global – é um sistema adaptativo complexo que requer o que Snowden chama de “mudar o ambiente para que comportamentos desejáveis possam emergir” (Snowden, 2022). Esta perspectiva desloca o foco de tentar mudar atores individuais para criar condições onde práticas sustentáveis se tornem o caminho de menor resistência.

A estratégia diplomática do Brasil para a COP30 deve, portanto, focar em três prioridades:

1. Criar *Scaffolding* para Desenvolvimento Sustentável: O Brasil pode projetar arranjos institucionais que forneçam estabilidade enquanto permitem adaptação. As reformas propostas para a OTCA exemplificam esta abordagem, criando o que Snowden chama de “certeza dentro de normas” enquanto permite inovação contextual.
2. Estabelecer Redes de Monitoramento Distribuídas: Em vez de confiar em monitoramento centralizado, o Brasil pode desenvolver sistemas distribuídos para detectar padrões tanto em domínios ecológicos quanto diplomáticos. A proposta integração de monitoramento por satélite com sistemas de conhecimento indígena exemplifica esta abordagem.
3. Gerenciar Gradientes de Energia: O Brasil pode identificar e influenciar os caminhos de menor resistência tanto na política doméstica quanto nas negociações internacionais. Os propostos Títulos Soberanos Vinculados à Sustentabilidade podem criar incentivos financeiros que alinhem interesses econômicos com conservação florestal.

Portanto, longe de modelos abstratos, estes *frameworks* fornecem à diplomacia do Brasil uma infraestrutura adaptativa. Eles permitem resposta mais rápida à incerteza, coalizões mais resilientes e liderança na complexidade climática. Nosso artigo demonstrou que as atividades econômicas do Brasil na Amazônia não são meramente questões ambientais ou de desenvolvimento, mas instrumentos críticos de política externa. Em preparação para a COP30, é essencial que a estratégia diplomática do Brasil abandone o planejamento rígido e estático e, em vez disso, abraça uma abordagem adaptativa fundamentada na ciência da complexidade. Baseando-se nos *frameworks* de Dave Snowden – particularmente *Cynefin*, Mapeamento Estuarino, *Scaffolding* e o modelo AIMS – este trabalho propõe um novo paradigma: diplomacia por *design* de sistema, não por aspiração.

O *insight* central da filosofia de Snowden é que comportamento eficaz, seja diplomático ou institucional, não emerge de mudar crenças ou mentalidades, mas de alterar as restrições estruturais dentro das quais agentes interagem. Esta mudança é fundamental para a diplomacia climática do Brasil. Em vez de impor soluções ou projetar liderança através de declarações, o Brasil deve cultivar ambientes onde comportamentos estratégicos – como construção de coalizão, transparência ou alinhamento de *soft power* – emergem naturalmente. Isso exige um claro entendimento de quais situações requerem conhecimento especializado (complicado), onde experimentação é necessária (complexo), e onde intervenção urgente deve ocorrer sem demora (caótico). O *Cynefin framework* oferece esta clareza navegacional, permitindo que diplomatas e formuladores de políticas distingam domínios e ajam de acordo.

O Mapeamento Estuarino traz uma dimensão estratégica adicional ao transformar como o Brasil visualiza e prioriza a ação. Em vez de operar a partir de planos ideologicamente fixos, o país pode agora ler o terreno diplomático como um estuário dinâmico de restrições – algumas fixas, algumas negociáveis e outras fluidas. Regras comerciais, regulamentos ESG, demandas indígenas e expectativas internacionais não são obstáculos a serem contornados, mas correntes a serem lidas, navegadas e usadas. Risco diplomático se torna um mapa, e energia diplomática é gasta onde movimento é mais possível.

Enquanto isso, a abordagem de *Scaffolding* fornece um método para implementação. Em vez de presumir que instituições podem ser reformadas instantaneamente ou que alinhamentos internacionais seguirão automaticamente declarações nacionais, o Brasil deve construir *scaffolds* diplomáticos – estruturas adaptativas, experimentos seguros para falhar, propostas modulares – através dos quais a influência sustentável pode ser testada, avaliada e escalada. Estes incluem, por exemplo, iniciativas de rastreabilidade na cadeia de suprimentos de soja, sistemas de certificação regionais ou reformas da OTCA pilotadas através de acordos bilaterais específicos.

Finalmente, o framework AIMS – compreendendo Actantes, Interações, Monitoramento e *Scaffolding* – garante que a estratégia diplomática esteja fundamentada na realidade operacional. Este modelo permite ao Brasil identificar claramente atores-chave (por exemplo, reguladores da UE, cooperativas comunitárias, importadores chineses), mapear como eles interagem dentro e além da Amazônia, projetar sistemas de monitoramento (como painéis e matrizes de risco), e incorporar as restrições habilitadoras que fomentam emergência em vez de imposição.

Em suma, a COP30 não deve ser tratada como um destino estático, mas como um experimento vivo em diplomacia adaptativa. O Brasil tem a

oportunidade de converter políticas amazônicas localizadas em alavancagem internacional, traduzir vulnerabilidade ambiental em credibilidade institucional e demonstrar – através de liderança consciente da complexidade – que governança no século XXI não é sobre dominar resultados, mas dominar as condições nas quais resultados emergem.

---

## Referências

BOULTON, C. A. *et al.* Evidence of Amazon Rainforest Dieback in CMIP6 Models. *ECOsphere*, 2022. Disponível em: <<https://egusphere.copernicus.org/preprints/2022/egusphere-2022-82/egusphere-2022-82.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2025.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). CBAM: o que você precisa saber sobre o mecanismo europeu de ajuste de carbono na fronteira. *Portal da Indústria*, 2023. Disponível em: <<https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/internacional/cbam-o-que-voce-precisa-saber-sobre-o-mecanismo-europeu-de-ajuste-de-carbono-na-fronteira/>>. Acesso em: 13 maio 2025.

EUROPEAN PARLIAMENT. Carbon Border Adjustment Mechanism (CBAM). *Legislative Train*, 2022. Disponível em: <<https://www.europarl.europa.eu/legislative-train/theme-a-european-green-deal/file-carbon-border-adjustment-mechanism>>. Acesso em: 13 maio 2025.

FAIRR INITIATIVE. Amazon Soy Moratorium: Evaluation and Recommendations. *FAIRR*, 2023. Disponível em: <<https://www.fairr.org/article/amazon-soy-moratorium/>>. Acesso em: 12 maio 2025.

HOCHSTETLER, K.; VIOLA, E. Brazilian Climate Policy (1992-2019): An Exercise in Strategic Diplomatic Failure. *Formações OC*, 2021. Disponível em: <<https://formacoes.oc.eco.br/docs/Pereira&ViolaBrazilianDiplomaticFailure2021.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2025.

LAGO, A. C. First Letter from the President of COP30. *COP30 Brasil*, 2024. Disponível em: <<https://cop30.br/en/brazilian-presidency/letter-from-the-brazilian-presidency>>. Acesso em: 12 maio 2025.

LOVEJOY, T. E.; NOBRE, C. Amazon Tipping Point. *Science Advances*, v. 4, n. 2, 2018. Disponível em: <<https://www.science.org/doi/10.1126/sciadv.aat2340>>. Acesso em: 12 maio 2025.

MAPBIOMAS. Deforestation in Brazil: RAD 2023 Factsheet. *Mapbiomas Alerta*, 2024. Disponível em: <[https://alerta.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/17/2024/05/RAD2023\\_FACTSHEET\\_EN\\_FINAL\\_27-05-24.pdf](https://alerta.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/17/2024/05/RAD2023_FACTSHEET_EN_FINAL_27-05-24.pdf)>. Acesso em: 12 maio 2025.

NYE, J. S. Soft Power: The Means to Success in World Politics. *PublicAffairs Books*, 2005. Disponível em: <<https://www.wcfia.harvard.edu/publications/soft-power-means-success-world-politics>>. Acesso em: 8 maio 2025.

PROTERRA FOUNDATION. Challenges in Brazilian Soy Supply Chains. *ProTerra*, 2023. Disponível em: <<https://www.proterrafoundation.org/news/challenges-in-brazilian-soy-supply-chains/>>. Acesso em: 10 maio 2025.

SCIENCE PANEL FOR THE AMAZON. Policy Brief 2023: Land Market and Illegalities: The Deep Roots of Deforestation in the Amazon. *The Amazon We Want*, 2023. Disponível em: <<https://www.theamazonwewant.org/spa-reports/>>. Acesso em: 8 maio 2025.

SNOWDEN, D. About Cynefin Framework. *The Cynefin Co*, 2021. Disponível em: <<https://thecynefin.co/about-us/about-cynefin-framework/>>. Acesso em: 8 maio 2025.

SNOWDEN, D. Estuarine Mapping. *The Cynefin Co*, 2022. Disponível em: <<https://thecynefin.co/estuarine-mapping/>>. Acesso em: 14 maio 2025.

SNOWDEN, D. The Cynefin Framework. *Conversational Leadership*, 2015. Disponível em: <<https://conversational-leadership.net/cynefin-framework/>>. Acesso em: 14 maio 2025.

SNOWDEN, D.; BOONE, M. A Leader's Framework for Decision Making. *Harvard Business Review*, v. 85, n. 11, p. 68-76, 2007. Disponível em: <<https://hbr.org/2007/11/a-leaders-framework-for-decision-making>>. Acesso em: 14 maio 2025.

WORLD RESOURCES INSTITUTE. Amazon Economic Profile. *WRI Brasil*, 2023. Disponível em: <<https://wribrasil.org.br/pt/publicacoes/amazon-economic-profile>>. Acesso em: 10 maio 2025.